



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Casa de Eptácio Pessoa

ATA

ATA DA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª
SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA,
REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2024.

Presidência do Senhor Júnior Araújo
- Presidente -

Secretários os Senhores deputado Dr. Taciano
Diniz, 1º, e Eduardo Carneiro, 2º.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e nove do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, no Plenário “Deputado José Mariz”, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, realizou-se a presente Sessão Ordinária; além dos membros da Mesa acima mencionados, comparecerem os Senhores Deputados e Deputadas: Adriano Galdino (REP), Anderson Monteiro (MDB), Aron Andrade (PP), Branco Mendes (REP), Camila Toscano (PSDB), Chico Mendes (PSB), Chió (REDE), Cida Ramos (PT), Danielle do Vale (REP), Del.Wallber Virgolino (PL), dr. Romualdo (MDB), dr. Taciano Diniz (UNIÃO), dra. Jane Panta (PP), dra. Paula (PP), Eduardo Brito (SD), Fábio Ramalho (PSDB), Felipe Leitão (PSD), Francisca Motta (REP), George Moraes (UNIÃO), Inácio Falcão (PCdoB), João Gonçalves (PSB), João Paulo Segundo (PP), Júnior Araújo

(PSB), Jutay Meneses (REP), Michel Henrique (REP), Sargento Rui (PL), Silvia Benjamin (REP), Tião Gomes (PSB), Tovar Correia Lima (PSDB). Deixaram de comparecer, com faltas justificadas, os Senhores: Deputados Bosco Carneiro Jr (REP), Caio Roberto (PL), Gilbertinho (UNIÃO), Hervázio Bezerra (PSB), Luciano Cartaxo (PT) e Tanilson Soares (PSB). Havendo número regimental, o Senhor presidente, "Invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano", declarou aberta a presente Sessão e fez um minuto de silêncio em homenagem às vítimas da COVID-19. Em seguida, o deputado Fábio Ramalho fez a leitura de uma passagem bíblica. A seguir, o 1º secretário, deputado dr. Taciano Diniz, leu o Expediente em mesa. O presidente, deputado Júnior Araújo, colocou em votação a dispensa da leitura da ata da sessão anterior, bem como, da votação da redação final das proposições aprovadas na sessão anterior, aprovada. Na sequência, deu-se início ao Pequeno Expediente, concedendo-se a palavra ao primeiro orador inscrito, o deputado Wallber Virgolino, que - após as saudações de praxe - pontuou sobre a insegurança pública na cidade de Bayeux, instante em que foi apresentado um vídeo sobre o tema. Sob tal aspecto, falou ainda a respeito do quadro de violência na Paraíba, demonstrando indignação ao apontar envolvimento político com o crime organizado e denunciando a falta de ação das autoridades, alertando, desta forma, que em breve o tráfico decidiria até os candidatos políticos. Em seguida, o Presidente registrou a presença do ex-deputado estadual Robson Dutra e convidou a tribuna o Deputado George Moraes. Com a palavra, saudou a todos e fez comentários a respeito das eleições, celebrou, para tanto, a vitória do prefeito Bruno Cunha Lima na cidade de Campina Grande e destacou o apoio de várias figuras políticas e do partido União Brasil. Relatou ainda que a vitória era vista como uma demonstração de resistência contra a máquina do governo estadual, criticando a mesma gestão por não cumprir promessas feitas ao funcionalismo público, como o

pagamento de auxílio-alimentação e a implementação do PCCR dos professores. Em continuidade, falou o deputado dr. Romualdo que cumprimentou a todos, parabenizou os servidores públicos e lamentou a falta de respeito do governo estadual com esses profissionais, citando o não pagamento de benefícios como o auxílio alimentação e a Bolsa de Residentes. Ele também denunciou a situação precária de escolas estaduais e a falta de água em diversas cidades do Cariri, destacando obras de infraestrutura inacabadas, como adutoras. Além disso, alertou para votação, na Ordem do Dia, do projeto de lei que garante o ensino remoto a mães estudantes para que possam cuidar de seus bebês sem abandonar os estudos. Prosseguindo, a deputada Camila Toscano discursou. Com a palavra, fez as saudações habituais, celebrou a vitória de Dona Léa na cidade de Guarabira, 20 anos após sua última eleição, destacando o apoio do Partido União Brasil e do Senador Efraim Moraes. Nesse sentido, assinalou para a pressão do governo estadual durante a campanha e ressaltou a escolha independente do povo de Guarabira, Santa Rita e Campina Grande. Além disso, fez um apelo ao governo para que cumpra as promessas feitas e cobrou melhorias urgentes na estrada PB-085, a qual foi deixada inacabada. Em contínuo, o deputado João Gonçalves, ao fazer uso da palavra, destacou vitórias e derrotas nas eleições, informando ainda que a luta continuava e elogiou o governo da Paraíba por sua gestão eficiente. Ele celebrou a vitória em João Pessoa, ressaltando a importância da união entre a Prefeitura Municipal e Governo Estadual. Por fim, parabenizou o dr. Johnny pelos investimentos na cidade de Campina Grande e agradeceu ao povo por sua soberania nas urnas. Seguidamente, o deputado Fábio Ramalho discursou. Com a palavra, salientou sua alegria ao retomar os trabalhos na Casa, elogiou o deputado Manoel Ludgério, parabenizando também os eleitos de 2024, destacou a vitória do Prefeito Bruno Cunha Lima na cidade de Campina Grande. Criticou o Governo do Estado pelo

descaso com a Empasa e a Ceasa de Campina Grande, ressaltando problemas estruturais que afetam pequenos comerciantes e, finalizou, pedindo ações urgentes para a cidade, além de um planejamento adequado. Em seguida, o deputado Tovar Correia Lima discursou. Com a palavra, fez as saudações de praxe e agradeceu ao deputado suplente, Deputado Dinho, pelo trabalho executado em seu tempo de licença, bem como, ao deputado Manoel Ludgério. Ele destacou a reeleição do Prefeito da cidade de Campina Grande, Bruno Cunha Lima, elogiando o trabalho dos envolvidos na campanha e ressaltando a importância de avançar em áreas como infraestrutura, saúde e educação na cidade. Por fim, também enfatizou que - após a campanha eleitoral - era hora de trabalhar em prol da Paraíba, deixando as disputas de lado para focar no progresso do Estado. Em seguida, a deputada Cida Ramos, ao discursar, destacou a importância da sessão especial do Outubro Rosa, voltada para o cuidado com a saúde da mulher e a responsabilidade do Poder Público em garantir acesso aos serviços essenciais. Ela também relembrou os seis anos do assassinato da sra. Marielle Franco, denunciando o crime como resultado de violência política de gênero e ressaltando a relevância de sua luta por justiça social. Depois, o deputado Sargento Rui fez uma saudação ao coronel e à equipe de segurança, expressando a importância da luta pela liberdade de imprensa. Ele parabenizou Marcelo Queiroga e Sérgio Queiroz pela vitória em uma votação, destacando que isso foi significativo diante da oposição da máquina do estado e do município. Ele lamentou a dificuldade de acesso às comunidades dominadas pelo tráfico, que, segundo ele, controlava a política local. Criticou a inércia do governo e dos prefeitos em relação à situação das cidades, como Bayeux e Cabedelo, mencionando a criação de um cenário preocupante para as futuras gerações. Afirmou que a segurança pública carecia de estratégias, estrutura e salários adequados, e ressaltou sua solicitação, que permanecia sem resposta, como um desrespeito à Casa.

Concluiu suas palavras, expressando a necessidade de atenção para evitar um preço alto no futuro. Em seguida, o deputado Taciano Diniz cumprimentou o presidente, colegas deputados e servidores da Casa, solicitando que fosse exibida uma imagem na TV Assembleia sobre as péssimas condições da água fornecida pela Cagepa na cidade de Manaíra. Ele destacou a crise no abastecimento e a qualidade da água, que apresentava uma coloração inadequada, apesar do alto valor pago pela população. Reiterou seu apelo, em nome dos manairenses e paraibanos, para que a Cagepa corrigisse essa falha na distribuição, a fim de garantir a saúde e a qualidade de vida. Também abordou a situação em Bom Sucesso, onde a população enfrentava longos períodos sem água, mas ainda pagava taxas mesmo com a falta de serviço adequado. O parlamentar exigiu que o secretário de Infraestrutura e Recursos Hídricos realizasse a limpeza e desassoreamento do açude que abastecia a comunidade Vila Vazante, em Diamante, ressaltando a necessidade urgente dessa ação para melhorar a distribuição de água. Por fim, pediu a regularização da distribuição de insumos e medicamentos nos hospitais de Itaporanga e Piancó, destacando a falta de serviços de saúde adequados na região, o que havia levado à perda de vidas devido à falta de soro antiofídico. Concluiu suas palavras, agradecendo ao presidente. Sem demora, a deputada Dra. Paula tomou posse da oratória. A parlamentar cumprimentou o presidente Júnior Araújo, colegas deputados e o povo da Paraíba, especialmente os de Bernardino Batista. Dirigiu-se ao ex-prefeito Gervásio Gomes e à população local, expressando sua indignação diante de uma violenta ação contra a mulher de Gervásio. Ela enfatizou a importância da Lei 14.192/2021, que combate a violência de gênero na política, lembrando que a justiça deve prevalecer e que todos que violarem essa lei seriam penalizados. Mudando de assunto, a deputada falou sobre o Outubro Rosa, direcionando uma mensagem às mulheres, especialmente às funcionárias da Assembleia. Ele ressaltou que a

prevenção e o tratamento precoce do câncer de mama salvam vidas, encorajando as mulheres a realizarem o autoexame, mesmo sem acesso aos exames mais complexos. Mencionou sua iniciativa em levar um centro de diagnóstico por imagem (CDI) para Cajazeiras, destacando a importância de que promessas eleitorais sobre esse assunto sejam cumpridas em todas as regiões, incluindo a instalação de mamógrafos digitais no CDI. Explicou a importância do mamógrafo digital, destacando que ele consegue detectar nódulos muito pequenos, comparáveis ao tamanho de um grão de arroz. Ela enfatizou que, ao identificar um nódulo nessa fase, as chances de prevenção, tratamento e cura do câncer de mama são de 99,9%. Reforçou que todas as mulheres a partir dos 40 anos deveriam realizar mamografias e, caso tivessem histórico familiar de câncer, deveriam começar a fazer os exames a partir dos 35 anos. Para aquelas com menos de 40 anos e sem histórico familiar, recomendou a realização anual de ultrassonografias mamárias para garantir um diagnóstico e tratamento precoces. Concluiu suas palavras, agradecendo e enviando um carinho a todos. O presidente, Deputado Júnior Araújo, agradeceu e parabenizou a deputada dra. Paula. Ele mencionou que a Assembleia Legislativa distribuiu um folder com a campanha "Mulher se toca, quem se ama se cuida", em homenagem ao mês de conscientização sobre a prevenção e o diagnóstico precoce do câncer de mama. O presidente destacou a importância da mensagem, especialmente para as funcionárias da Casa e para todos os que assistiam pela TV Assembleia. Em seguida, o deputado Chió começou seu discurso cumprimentando a todos e expressando sua satisfação em falar. Ele relatou uma preocupação crescente ao mencionar um dado do Ministério da Saúde que indicava um aumento de 53% nos casos de “transtorno do jogo patológico” entre 2022 e 2023. O orador enfatizou que esse problema, associado ao vício em apostas virtuais, está causando sérios danos às famílias, arruinando economias e gerando transtornos de ansiedade e

depressão. Ele destacou que, em 2023, os brasileiros gastaram cerca de R\$ 68 bilhões com apostas online, muitas delas sediadas no exterior, levando recursos que poderiam ser usados para necessidades básicas das famílias. O impacto foi significativo, com famílias reduzindo gastos com roupas, alimentação e produtos de higiene. O orador mencionou um projeto de lei já aprovado que limita a propaganda de jogos online, mas criticou o alto investimento de R\$ 2,4 bilhões feito pela indústria de apostas em publicidade, ressaltando que isso prejudica as famílias, especialmente aquelas que dependem do Bolsa Família. Relatou um caso pessoal de um amigo que o procurou preocupado com a situação do filho, que acumulou uma dívida de R\$ 70.000,00 devido ao vício em apostas. Ele compartilhou relatos de pessoas na comunidade que enfrentam dificuldades semelhantes, incluindo depressão e até suicídios. Finalizou seu discurso, pedindo que a Assembleia discutisse a regulamentação da publicidade relacionada a jogos online, comparando a situação à proibição de anúncios de cigarros. Encerrou suas palavras, desejando uma ótima terça-feira a todos. O deputado Anderson Monteiro iniciou seu discurso cumprimentando todos os presentes e expressando sua felicidade pelos eventos das últimas eleições. Agradeceu a Deus e parabenizou todos os candidatos que participaram, enfatizou sobre a política ser um instrumento de transformação social e que tanto ganhar, quanto perder, faz parte do processo. Ele homenageou seu pai, Arnaldo, que foi candidato a prefeito em Esperança e enfrentou uma cirurgia cardíaca durante o período eleitoral. Agradeceu ao povo de Esperança pelos quase 9 mil votos recebidos, destacando a importância da oposição coesa e dinâmica representada por seu pai. O orador também cumprimentou os novos vereadores eleitos e ressaltou a necessidade de uma oposição combativa, que busque melhorias para a cidade, mencionando o fechamento de um hospital e o sucateamento da saúde pública na região. Ele expressou esperança em um futuro melhor e

criticou gastos desnecessários por parte da administração anterior. Em seguida, parabenizou cinco prefeitos eleitos e todos os demais que receberam a honra de liderar seus municípios, incentivando uma administração pública honesta e coerente. Destacou que as condições para os prefeitos hoje são melhores do que há 10 ou 20 anos. Nesse sentido, é essencial cuidar dos mais necessitados. Finalizou as palavras, agradecendo e reafirmando seu compromisso em trabalhar para o povo da Paraíba, desejou bênçãos a todos e prometeu continuar sua luta na Assembleia Legislativa. Encerrando o Pequeno Expediente, o deputado Chico Mendes cumprimentou todos os presentes e os telespectadores da TV Assembleia. Ele expressou sua gratidão a Cajazeiras, cidade que considera sua casa há 48 anos, onde construiu sua vida e família. Agradeceu a acolhida calorosa que recebeu da população, ressaltando a importância das interações com crianças, adolescentes e adultos da cidade. Reforçou sua convicção de que foi certo se candidatar a prefeito e afirmou seu amor por Cajazeiras, prometendo continuar trabalhando por ela. O orador também mencionou a visita frequente à cidade e expressou a intenção de se encontrar com a comunidade novamente nas urnas em 2026. Além disso, parabenizou o prefeito Luiz Claudinho de São João do Rio do Peixe pela expressiva vitória nas eleições, destacando a competência de sua gestão. Estendeu suas congratulações a todos os prefeitos da Paraíba, especialmente às prefeitas, desejando sucesso em seus mandatos. Finalizou suas palavras, desejando uma ótima semana a todos e bênçãos divinas. Na sequência, deu-se início à Ordem do Dia. O 1º secretário, deputado Júnior Araujo iniciou a leitura da pauta. **VETO83/2023 – DO GOVERNADOR DO ESTADO.** O deputado Chió, relator especial, proferiu parecer pela manutenção do veto, conforme o voto da CCJ. Em discussão, o parecer, assim, não houve quem quisesse discuti-lo. Em votação, o parecer, logo, aprovado. Em discussão, o veto, a deputada dra. Paula indagou a razão do veto em um projeto de tamanha

relevância, visto que se trata de itens essenciais como água e energia elétrica. Relatou ser a favor da derrubada do veto, mostrando a relevância do projeto, como médica, na prática clínica. Ela sugeriu que esse veto fosse retirado de pauta. O presidente esclareceu que apenas o líder do governo pode retirar de pauta essa matéria. O deputado Anderson Monteiro proferiu que o veto não pode permanecer, visto que suas razões são infundadas. Ele relatou que o cuidado ao próximo é o fator mais importante da matéria, uma vez que se trata de locais de abrigo de idosos e dependentes químicos. Ele mencionou que o custo da Cagepa e Energisa é irrelevante, mas que significam muito para tais instituições. Lamentou a falta de sensibilidade do governo do estado. Pediu a derrubada do veto. A deputada Chica Mota mostrou seu apoio à derrubada do veto. Relatou que o projeto é de suma relevância, visto que se trata da proibição da suspensão de itens necessários, como a água e a luz, a tais instituições. A deputada Cida Ramos relatou que, na sua função como secretária de Estado do Desenvolvimento Humano, teve a oportunidade de criar o projeto "Acolher", um edital público destinado a entidades que atendem principalmente idosos, permitindo que concorram a recursos para apoio financeiro. Ela destacou a situação dramática dos abrigos de idosos na Paraíba, onde havia cerca de 37 abrigos enfrentando filas de até 100 famílias que aguardam pelas vagas. Relatou que esses abrigos dependiam de 70% da aposentadoria dos idosos, quantia insuficiente para cobrir custos com remédios, alimentação e cuidadores. Durante sua gestão, declarou que foram realizadas audiências públicas para discutir as dificuldades enfrentadas por essas instituições. Expressou sua preocupação com a proposta de cortar água e energia dos abrigos, argumentando que essa medida seria cruel, especialmente com o aumento do número de abrigos para mais 50 lugares de acolhimento. Ela ressaltou a necessidade de estudar melhor a situação e propôs a criação de uma comissão, em colaboração

com outros deputados, com o intuito de buscar alternativas que ajudem a melhorar as condições dos abrigos e dos idosos que deles dependem. O deputado Chico Mendes proferiu que acompanhou a discussão sobre o veto e observou que havia dúvidas na CCJ. Relatou que o parecer técnico da equipe sugeria a derrubada do veto, enquanto o corpo jurídico da comissão defendia sua manutenção. Pronunciou que sempre seguiu a orientação técnica da Casa em suas decisões. Por isso, orientou a bancada a votar de forma livre, acreditando que essa seria a melhor abordagem. Além disso, destacou a importância de não adiar a pauta, propondo que a discussão fosse encerrada naquele dia. Em votação, veto derrubado. Próximo Veto 94/2024 – **DO GOVERNADOR DO ESTADO** - Veto Total por ser contrário ao interesse público ao Projeto de Lei nº 641/2023 de autoria da Deputada Francisca Mota, que "Dispõe sobre a incumbência dos hotéis, pousadas, albergues e similares em disponibilizar a reserva de 5% dos leitos apropriados para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida no Estado da Paraíba, com vistas à Lei nº 13.146/15, e dá outras providências". **RAZÕES DO VETO: INCONSTITUCIONALIDADE. PARECER DA CCJR PELA MANUTENÇÃO DO VETO. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL.** Relator Especial, deputado Eduardo Carneiro, dá parecer pela manutenção do veto. E, em discussão, o parecer, assim, não houve discussão. Em discussão, o veto, o deputado Chico Mendes dá esclarecimentos sobre os motivos do veto, afirmando que há consenso sobre a manutenção do veto. A deputada Francisca Motta afirma que irá se abster de votar, lembrando que há projeto federal com mais benefícios que a proposta por ela. Após, o deputado George Morais libera a bancada para votação. A deputada Cida Ramos profere sobre a necessidade de leis que garantam esses espaços para as pessoas com deficiência. Encaminhando, a seguir, o líder do governo encaminha para a manutenção do veto. Em votação, o veto foi derrubado com 20 votos sim e 5 votos não. Item 2 da

pauta:Projeto de Lei, discussão e votação em turno único. Quórum, Maioria Simples. Projeto de Lei **2.928/2024 – DO GOVERNADOR DO ESTADO**

- Autoriza a concessão de direito real de uso de abatedouros frigoríficos de animais constante no acervo patrimonial do estado da Paraíba localizados nos municípios paraibanos de Mari, Solânea e Uiraúna para a iniciativa privada, mediante procedimento de licitação. REQUERIMENTO DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. O deputado Adriano Galdino lembrou aos demais deputados que, caso fosse aprovada a urgência urgentíssima para a matéria em questão, essa aprovação também seria válida para as demais matérias da ordem do dia, se necessário. Ele colocou a urgência urgentíssima em votação. Com seis votos contrários, a urgência foi aprovada por maioria. Em seguida, ele designou o deputado Chico Mendes como relator especial da matéria.O deputado Chico Mendes declarou ser favorável à aprovação da matéria, justificando que os prefeitos e as regiões beneficiadas pelas unidades de abatedouros, como o município de Uiraúna, apoiavam a iniciativa. Segundo ele, a aprovação geraria empregos, renda, desenvolvimento e melhoraria na agilidade e no funcionamento dos abatedouros, sendo assim seu voto favorável.O presidente abriu a discussão, não havendo quem desejasse discutir, colocou o parecer em votação. O parecer foi aprovado e, logo em seguida, abriu-se a discussão do projeto.Com a palavra, o deputado Anderson Monteiro.O deputado Anderson Monteiro expressou sua dúvida em relação à aprovação da urgência urgentíssima. Ele justificou seu voto contrário explicando que, conforme dito pelo líder do governo, todas as prefeituras foram favoráveis à transferência do direito real de uso dos abatedouros. No entanto, Monteiro apontou que a falta de debate com os marchantes das cidades envolvidas o deixou incerto sobre os benefícios da medida. Mencionou sua experiência como ex-prefeito, ressaltando que a questão dos matadouros públicos municipais é delicada, com opiniões

divididas sobre a privatização. Por não ter informações suficientes ou participação em audiências públicas nas cidades de Mari, Solânea e Uiraúna, ele afirmou não ter subsídios para votar a favor ou contra o projeto e sugeriu que fosse dada oportunidade para uma discussão mais ampla, ouvindo as pessoas diretamente envolvidas. Depois, o deputado George Moraes respondeu à dúvida de Anderson, informando que, no dia anterior, ele havia entrado em contato com o prefeito de Solânea, Kaiser Rocha. Segundo Moraes, o prefeito apoiou a aprovação da lei, pois o Estado admitiu sua ineficiência em administrar esses abatedouros, essenciais para a economia da região. Moraes acrescentou que a transferência dos abatedouros para a iniciativa privada, por meio de licitação, permitiria seu funcionamento adequado. Dessa forma, reforçou seu voto favorável, considerando a demanda do prefeito e a situação dos abatedouros. A deputada Camila Toscano reforçou as preocupações do deputado Anderson Monteiro, citando como exemplo o abatedouro de Mari, que, apesar de estar pronto há muito tempo, permanece fechado e se deteriorando. Ela ressaltou que essa situação não afeta apenas Mari, pois outras cidades, como Guarabira, pretendem usar o matadouro de Mari devido à falta de um abatedouro local. Camila concordou que a privatização deve ser considerada com cautela, pois há o risco de encarecimento para os marchantes, já que a iniciativa privada busca lucro, o que poderia elevar os custos de uso do matadouro. Ela sugeriu que a Casa deveria ter promovido um debate mais amplo, incluindo audiências públicas para discutir os impactos da transferência de gestão e avaliar se o ônus seria maior do que o bônus para a população. Em resposta, o presidente Adriano Galdino destacou que a solicitação de audiências públicas é prerrogativa dos deputados, mas nenhuma foi requerida. Defendeu a transferência para a iniciativa privada, afirmando que a gestão de abatedouros é essencialmente privada e regional, e que a responsabilidade não deveria ser do governo

estadual. Galdino mencionou outro matadouro construído com recursos federais entre Monteiro e São Sebastião de Umbuzeiro, também planejado para ser entregue à iniciativa privada, e reforçou sua posição de que o Estado não deveria gerenciar abatedouros. O deputado Chió concordou com Galdino, enfatizando que a gestão de abatedouros deveria ser privada, pois a administração pública já enfrenta dificuldades para manter serviços essenciais, como saúde e educação. Mencionou sua experiência como ex-prefeito e afirmou que a transferência para a iniciativa privada é necessária para garantir a qualidade dos alimentos. Citou o exemplo de Picuí, onde o abatedouro municipal será privatizado, e sugeriu que outros municípios sigam o mesmo caminho, pois a capacidade de gestão municipal é limitada. Chió também mencionou outros serviços, como aterros sanitários, que, em sua opinião, também deveriam ser de responsabilidade da iniciativa privada. Encerrada a discussão, a matéria foi colocada em votação. Em votação o Projeto de Lei nº 2928/2024, do Governo do Estado, foi aprovado por maioria, com a abstenção de Camila Toscano. Projeto de Lei 2.967/2024 – DO GOVERNADOR DO ESTADO – Dá nova redação ao art. 11 e revoga o § 3º do art. 1º da Lei nº 13.272 de 29 de maio de 2024, que dispões sobre o pagamento do incentivo de Desempenho e do Incentivo de Atividades Especiais no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde, para atender as Unidades Assistenciais e Administrativas do Sistema Único de Saúde (SUS). REQUERIMENTO DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Relator especial, deputado Chico Mendes, solicitou a retirada de pauta dos Projetos de Lei nº 2967 e 2968, após análise mais detalhada dos textos. Explicou que a nova redação do artigo 11 do projeto elimina a incidência do incentivo de desempenho e de atividades especiais sobre a previdência e o décimo terceiro salário, mas não menciona o imposto de renda. O deputado questionou a exclusão desse imposto e sugeriu que, caso a base de cálculo permaneça para previdência e

décimo terceiro, o imposto de renda também deveria ser incluído, a menos que uma legislação federal determine o contrário. Ele informou que já havia conversado com o secretário de saúde, Fábio Brito, que, junto com o corpo jurídico do governo, comprometeu-se a revisar o projeto. Chico Mendes lembrou que a matéria já havia sido adiada em outra sessão e que os esclarecimentos ainda não estavam completos. Portanto, ele solicitou a retirada dos dois projetos de pauta para análise mais aprofundada. Deferido o pedido de retirada das matérias da pauta, passou-se ao próximo projeto. Projeto de Lei 3.011/2024 – DO GOVERNADOR DO ESTADO - Dá novas redações aos arts. 1º e 2º da Lei Estadual nº 12.811, de 16 de outubro de 2023, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal, para incluir a modalidade de Garantia da União; REQUERIMENTO DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Relator especial, deputado Chico Mendes expressou seu voto favorável à matéria e solicitou a atenção dos colegas, destacando a importância do projeto. Explicou que o projeto prevê a construção ou aquisição de moradias para famílias de baixa renda em municípios do Estado, como Sapé, Sousa, São João do Rio de Peixe, Marcação e Conde, e que conta com a garantia da União para o contrato. Além disso, o projeto destina 30 milhões de reais para esses investimentos, com a possibilidade de atender outros municípios. O deputado enfatizou que a medida ajudaria a reduzir o déficit habitacional, beneficiando famílias necessitadas, e pediu o apoio dos demais parlamentares para a aprovação do projeto. O deputado George Moraes solicitou que o líder do governo esclarecesse um ponto sobre o projeto. Proferiu entender que o empréstimo de 30 milhões de reais já havia sido previamente aprovado para a construção de casas populares e que o projeto atual trataria exclusivamente da alteração na modalidade de garantia. No entanto, o líder do governo mencionou um acréscimo de mais 30 milhões

de reais, o que gerou dúvidas. Ele pediu, portanto, que essa questão fosse esclarecida para que não restassem dúvidas sobre o conteúdo e o propósito do projeto em discussão. Dúvida esclarecida, o presidente colocou a matéria em votação. Projeto de Lei 3.011/2024 do Governo do Estado da Paraíba foi aprovado por maioria, com abstenção dos deputados Anderson Monteiro e Camila Toscano e voto contrário do deputado Wallber Virgolino. Projeto de Lei 3.012/2024 – DO GOVERNADOR DO ESTADO - Altera o art. 5º e o art. 6º da Lei nº 8.673, de 29 de outubro de 2008, e o art. 6º da Lei nº 9.703, de 14 de maio de 2012. REQUERIMENTO DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA.DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Relator especial, deputado Chico Mendes, dá parecer pela aprovação da matéria. Parecer pela aprovação em discussão, não houve falas. Em votação, o parecer foi aprovado. Em discussão o projeto. Não houve quem quisesse discutir. Em votação, o Projeto de Lei 3.012 do Governo do Estado foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes. Projeto de Lei 2.866/2024 – DO DEPUTADO ADRIANO GALDINO - Concede o Título de Cidadão Paraibano ao Exmo. Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Dr. José Afrânio Vilela, pelos relevantes serviços prestados à sociedade, especialmente no âmbito do Poder Judiciário; REQUERIMENTO DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA.DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Relator especial, deputado Branco Mendes deu parecer pela aprovação. Parecer pela aprovação em discussão, não houve falas. Em votação, o parecer foi aprovado. Em discussão, o projeto. Não houve quem quisesse discutir. Em votação, o Projeto de Lei 2.866 do deputado Adriano Galdino foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes na Sessão. Projeto de Lei 2.186/2024 – DA DEPUTADA CIDA RAMOS - Institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar do Estado da Paraíba.DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Relator especial, deputado Branco Mendes, deu

parecer pela aprovação. Parecer pela aprovação em discussão, não houve falas. Em votação o parecer foi aprovado. Em discussão o projeto. Não houve quem quisesse discutir. Em votação, o Projeto de Lei 2.186/2024, da deputada Cida Ramos, foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes na Sessão. Projeto de Lei 1.956/2024 – DO DEPUTADO DELEGADO WALLBER VIRGOLINO - Estabelece diretrizes para o acompanhamento e assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, após sua saída da casa-abrigo, no Estado da Paraíba; PARECER DA CCJ PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Relator especial, deputado Tovar Correia Lima, deu parecer pela aprovação da matéria. Parecer pela aprovação em discussão, não houve falas. Em votação o parecer foi aprovado. Em discussão o projeto. Não houve quem quisesse discutir. Em votação, o Projeto de Lei 1.956/2024, do deputado Delegado Wallber Virgolino, foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes. Projeto de Lei 2.241/2024 – DA DEPUTADA CAMILA TOSCANO - Institui o Programa “Não Se Cale”, como protocolo de conduta para espaços públicos e privados de lazer, em situações de agressão sexual, no Estado da Paraíba, e dá outras providências. PARECER DA CCJ PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL, PRESIDENTE. Relator especial, deputado Anderson Monteiro, parabenizou a autora pelo importante projeto e deu parecer pela aprovação da matéria. O presidente registrou a presença da vereadora Valéria, de Campina Grande, e da secretária e deputada federal Rafaela Camaraense no plenário. Em seguida, ele informou que o parecer sobre o projeto era favorável e abriu para discussão e votação. O parecer foi aprovado, e o Projeto de Lei nº 2.241/2024, de autoria da deputada Camila Toscano, foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes na sessão. Projeto de Lei 2.760/2024 – DO DEPUTADO JÚNIOR ARAÚJO - Institui o Dia Estadual de

Conscientização e Combate à Violência contra a Advocacia, no Calendário Oficial do Estado da Paraíba. PARECER DA CCJ PELA CONSTITUCIONALIDADE. DESIGNAR RELATOR ESPECIAL. Relatora especial, deputada Camila Toscano, deu parecer pela aprovação. O deputado Adriano Galdino colocou o parecer pela aprovação do projeto em discussão e votação, sendo o parecer aprovado. Em seguida, abriu a discussão sobre o Projeto de Lei nº 2.760/2024, de autoria do deputado Júnior Araújo. Não havendo quem quisesse discutir, o projeto foi colocado em votação e aprovado por unanimidade dos deputados presentes na sessão. Projeto de Lei 566/2023 – DA DEPUTADA DANIELLE DO VALE - Dispõe sobre a cobrança de ingressos para pessoas com deficiência em teatros, casas de espetáculos, cultura e shows artísticos no Estado da Paraíba e dá outras providências. PARECER DA CCJ PELA CONSTITUCIONALIDADE. PARECER DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PELA APROVAÇÃO. Em discussão e votação os pareceres, foram aprovados sem discussão. Em discussão, o projeto, não houve inscritos. Em votação o Projeto de lei 566/2023, da deputada Danielle do Vale, foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes. Projeto de Lei 753/2023 - DEP. DR. ROMUALDO - Dispõe sobre a garantia da estudante gestante de receber atendimento pedagógico com atividades remotas durante o período de amamentação, no âmbito do Estado Paraíba. PARECER DA CCJ PELA CONSTITUCIONALIDADE COM SUBSTITUTIVO. PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA PELA APROVAÇÃO. Em discussão, os pareceres com o substitutivo, não houve discussão. Em votação, os pareceres foram aprovados com o substitutivo. Em discussão, o projeto, não houve inscritos. Em votação o Projeto de Lei 753/2023 do deputado Doutor Romualdo foi aprovado, com o substitutivo, por unanimidade dos deputados. Projeto de Lei 1.053/2023 – DO DEPUTADO

JOÃO GONÇALVES – Concede Título de Cidadão Paraibano ao Coronel de Cavalaria Orlando Pacheco Neto, pelos relevantes serviços prestados à Paraíba.PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. Em discussão e votação o parecer, foi aprovado. Em discussão, o projeto, não houve quem quisesse discutir. Em votação, o Projeto de Lei 1.053/2023, do deputado João Gonçalves, foi aprovado pelos deputados. Projeto de Lei 1.904/2024 – DO DEPUTADO CHICO MENDES – Concede o Título de Cidadã Paraibana à Dra. Maria Mônica Paulino do Nascimento, pelos relevantes serviços prestados ao Estado da Paraíba.PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. Em discussão e votação o parecer, foi aprovado. Em discussão o projeto, não houve quem quisesse discutir. Em votação o Projeto de Lei 1.904/2024, do deputado Chico Mendes, por unanimidade dos deputados. Dando continuidade, o Presidente, deputado Adriano Galdino, proferiu que seria votado um Projeto de Resolução, que tinha três proposições, uma de sua autoria, uma do deputado George Moraes e outra do deputado Bosco Carneiro, que estava ausente. Os projetos seriam votados em bloco, com autorização dos deputados George Moraes, Chico Mendes e Anderson Monteiro, vice-líder da oposição. Os projetos de resolução, de autoria dos deputados Adriano Galdino (nº 280/2024) e George Moraes (nº 273/2024), foram aprovados por unanimidade pelos deputados presentes. Em seguida, o Presidente lembrou que o prazo para as emendas impositivas era improrrogável e que o prazo final para a entrega era 13 de novembro, pedindo a compreensão dos colegas para cumprir o prazo e agilizar a votação do orçamento. Além disso, o Presidente informou que durante o período eleitoral foram feitas melhorias no plenário, como a substituição das chapas de madeirite por concreto, a melhoria das rampas internas, a adequação dos corrimões e a instalação de caneletas no piso e no forro. Também foi feita a limpeza dos carpetes e a atualização do sistema SAPL, com a versão mais moderna

utilizada pelo Senado Federal. Nesse sentido, foi colocado o Projeto de Decreto Legislativo - Discussão e Votação em Turno Único. Quórum: Maioria Simples. 12/2024 – DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO – Autoriza o Poder Executivo a alterar as programações orçamentárias relativas às Emendas de Apropriação/Impositiva constantes dos Anexos da Lei nº 13.041, de 15 de janeiro de 2024, e dá outras providências. PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO, TRIBUTAÇÃO E TRANSPARÊNCIA, PELA CONSTITUCIONALIDADE. Em discussão, o Parecer, não houve inscritos. Em votação, os deputados aprovaram o parecer. Em discussão o Projeto de Decreto legislativo. Não houve quem quisesse discutir. Em votação, o Decreto Legislativo da Comissão de Orçamento foi aprovado por unanimidade dos deputados. O deputado Adriano Galdino passou a presidência para o deputado Chico Mendes por motivos de agenda previamente marcada. Seguindo com a Sessão, o secretário leu o Item 5 - Indicação – Discussão e Votação em Turno Único. Quórum: Maioria Simples. O Presidente, deputado Chico Mendes, pediu para votação em Bloco os Itens 05, 06, e 07 (Requerimentos de Sessão Especial, Audiência Pública e Indicações). Não havendo destaque ou discussão, o presidente colocou em votação. Em votação, em Bloco, os itens foram aprovados pela unanimidade dos deputados. Depois foi colocada a votação do Projeto de Lei 1.904/2024 – DO DEPUTADO CHICO MENDES – Concede o título cidadão paraibano, a Doutora Maria Mônica Paulino do Nascimento, pelos relevantes serviços prestados ao Estado da Paraíba. PARECER DA CCJR PELA CONSTITUCIONALIDADE. Relator especial, deputado Chió, deu parecer pela aprovação da matéria. Em discussão, o parecer, não houve inscritos, em votação o parecer foi aprovado. Em discussão, o Projeto, não houve quem quisesse discutir, em votação o Projeto de Lei 1.904/2024 do deputado Chico Mendes foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei

2.381/2024 - DO DEPUTADO CHICO MENDES - Concede o título de cidadão paraibano à doutora Ravena Fernandes Furtado, pelos relevantes serviços prestados ao Estado da Paraíba. Relatora especial, deputada Francisca Motta, deu parecer pela aprovação. O parecer foi aprovado sem discussão. Em discussão, o projeto, não houve inscritos. Em votação, o Projeto de Lei 2.381/2024 do deputado Chico Mendes foi aprovado por unanimidade dos deputados. Projeto de Resolução 242/2024 - DO DEPUTADO CHICO MENDES, dispõe sobre a concessão de Medalha Eptácio Pessoas às doutoras Maíra Roberto Mendes Brito Araújo, Maria Sileide de Azevedo e Raquel Azevedo Carneiro da Cunha. Relatora especial, deputada Francisca Motta, deu parecer pela aprovação. O parecer foi aprovado sem discussão. Em discussão, o projeto, não houve inscritos. Em votação o Projeto de Resolução 242/2024 do deputado Chico Mendes foi aprovado por unanimidade dos deputados. Requerimento 633/2024 – DO DEPUTADO JOÃO PAULO SEGUNDO – Requeiro a este Digno Colegiado, na forma do art. 117, caput, inc. XIX, do Regimento Interno da Casa (Resolução 1.578/2012), apelo ao Governador do Estado, na pessoa do Exmo. Sr. João Azevedo Lins Filho, solicitando a estadualização do Hospital Municipal José Gomes de Andrade, localizado no município de Boqueirão–PB. Em discussão e votação, o Requerimento 633/2024 do deputado João Paulo Segundo foi aprovado com subscrição do deputado Taciano Diniz. O Primeiro Secretário, deputado Fábio Ramalho, solicitou a inclusão de novos itens na Ordem do Dia, sendo o item 6, relativo às proposições protocoladas no dia anterior. Em seguida, a deputada Cida foi convidada a falar e apresentou dois requerimentos. O primeiro pedia a realização de uma sessão especial em Cajazeiras, em dezembro, para homenagear a Câmara de Dirigentes Logísticos da cidade, que celebra 50 anos de fundação em 2024. O segundo requerimento pedia uma visita técnica às obras do ramal do Apodi, parte do projeto de transposição das

águas do Rio São Francisco, com início no município de Cajazeiras e continuidade até o reservatório de Tambor, em Cachoeira dos Índios. O Presidente, deputado Chico Mendes, colocou os requerimentos em discussão e, sem objeções, os colocou em votação. A deputada Cida confirmou seu apoio, e os requerimentos foram aprovados por unanimidade. Após isso, o deputado Chió fez um registro, parabenizando a deputada Francisca Motta pelo trabalho com Hugo Motta, presidente do Republicanos, e elogiando as aulas que Chica deu a Hugo. O deputado Chió expressou o desejo de também receber uma "mentoria" de Chica para melhorar sua atuação. Sem mais inscritos, a sessão foi então encerrada com agradecimentos. Sala das Sessões, João Pessoa, 29 de outubro de 2024.



DEP. JUNIOR ARAÚJO
1º Secretário

- PRESIDENTE -



Dep. FÁBIO RAMALHO

- 1º SECRETÁRIO -



DEP. FELIPE LEITÃO

- 2º SECRETÁRIO -